



***FUNDO DE PENSÕES ABERTO***

***EURO VALOR DINÂMICO***

*RELATÓRIO E CONTAS 2021*

# Índice

1. Relatório de Gestão	3
1. Âmbito	3
2. Enquadramento Macroeconómico	3
3. Evolução Geral do Fundo de Pensões e da Atividade Desenvolvida no período	8
4. Alterações com Impacto Significativo na Gestão do Fundo de Pensões	9
5. Política de Investimentos do Fundo de Pensões	9
6. Cumprimento dos Princípios e Regras Prudenciais Aplicáveis aos Investimentos do Fundo de Pensões	9
7. Limites de exposição e alocação estratégica vs alocação atual	10
8. Evolução da Estrutura da Carteira de Investimentos do Fundo de Pensões	10
9. Performance e Rendibilidade do Fundo de Pensões	11
10. Benchmarks	12
11. Evolução dos Riscos materiais a que o Fundo de Pensões se Encontra Exposto	13
12. Gestão dos Riscos Materiais a que o Fundo de Pensões se Encontra Exposto, Incluindo a Eventual Utilização de Produtos Derivados e Operações de Reporte e de Empréstimo de Valores	13
13. Nível de Financiamento das Responsabilidades do Fundo de Pensões	13
14. Considerações Finais	14
2. Demonstrações Financeiras	15
3. Anexo às Demonstrações Financeiras	17
4. Certificação do Revisor Oficial de Contas	27

## 1. Relatório de Gestão

### 1. Âmbito

O presente relatório tem como objetivo dar cumprimento ao estabelecido em Norma Regulamentar Nº 7/2010-R, de 4 de junho, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, relativa ao Relato Financeiro dos Fundos de Pensões, reportando-se a 31/12/2021.

O fundo de pensões é constituído, na data de reporte, por adesões individuais e adesões coletivas.

### 2. Enquadramento Macroeconómico

A recuperação da atividade económica em 2021 teve por base o sucesso do processo de vacinação, com a população a aderir de forma massiva, culminando em mais de 90% dos cidadãos com o plano vacinal completo. Apesar do aumento do número de casos ativos fruto da variante Ómicron, o número de pessoas com sintomas severos de doença e o número de óbitos eram, no final de 2021, inferiores em 70% ao registado no final de 2020.

Num contexto de pandemia gradualmente mais controlado, os diferentes sectores de atividade económica foram reabrindo e normalizando a suas operações, ainda que sujeitos a regras específicas e pontuais de mitigação da pandemia, como a utilização de máscara, obrigatoriedade de apresentação de certificado de vacinação ou teste negativo à Covid-19 para aceder a estabelecimentos lúdicos e de turismo, por exemplo.

No 4.º trimestre de 2021, o aumento do número de contágios pela variante Ómicron, obrigou as autoridades portuguesas a reativar um conjunto de medidas específicas para o período do Natal e Ano Novo, com o regresso ao teletrabalho obrigatório, encerramento de bares e discotecas, obrigatoriedade de teste negativo e a redução da lotação em estabelecimentos comerciais.

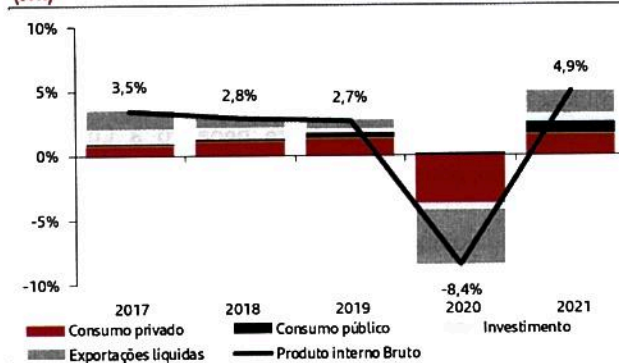
A economia portuguesa, em 2021, terá crescido 4,9% em volume, o ritmo mais elevado desde 1990, após a diminuição histórica de 8,4% em 2020, na sequência dos efeitos marcadamente adversos da pandemia na atividade económica. A economia iniciou o ano em contração, com um confinamento geral prolongado fruto da 3.ª vaga pandémica, e terminou com um confinamento parcial.

**Dados Macroeconómicos**

	2020	2021	2022 P
<b>PIB</b>	<b>-8,4</b>	<b>4,9</b>	<b>5,1</b>
Consumo Privado	-7,1	4,4	3,9
Consumo Público	0,4	5,0	4,6
Investimento	-5,7	7,2	12,3
Exportações	-18,6	13,0	17,7
Importações	-12,1	12,8	17,8
Inflação média	0,0	1,3	2,8
Desemprego	7,0	6,5	6,3
Saldo Orçamental (% do PIB)	-5,1	-4,2 (e)	-2,3
Dívida pública (% do PIB)	135,2	127,5	126,5
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	0,0	0,7	0,5

Fonte: INE, Banco de Portugal, Min. Finanças; Previsões: Bdp e Estudos Santander Portugal

A procura interna contribuiu positivamente para o crescimento, após ter sido fortemente negativa em 2020, registando-se uma recuperação do consumo privado e do investimento. O contributo da procura externa líquida foi bastante menos negativo em 2021, tendo-se registado crescimentos significativos das importações e das exportações de bens e serviços.

**Contributos para o Crescimento do PIB****(tvh)**

Fonte: INE

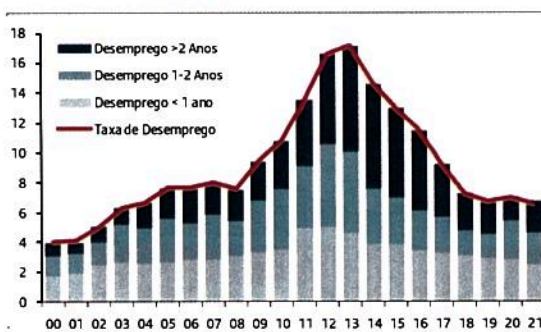
O **consumo privado** terá crescido cerca de 5% em 2021, tendo alcançado, no 4.º trimestre de 2021, o valor do final de 2019. O crescimento elevado em 2021 refletiu a recuperação das despesas em serviços, que beneficiaram do levantamento das medidas de contenção e do aumento da confiança com os progressos na vacinação. O consumo de bens duradouros apresenta um dinamismo elevado, refletindo a concretização de despesa adiada durante a crise.

A recuperação do consumo privado fluiu da tendência descendente da taxa de desemprego que, acompanhada por um aumento da população ativa, com conseqüente crescimento do emprego, contribuiu para um aumento do rendimento disponível nominal em redor de 6.6%. O rendimento

disponível das famílias beneficiou da rápida e completa recuperação das remunerações, a par do crescimento das prestações sociais disponibilizadas durante o período de confinamento.

A taxa de poupança das famílias ascendeu a um máximo de 12.8% em 2020, refletindo motivos de precaução e uma poupança involuntária decorrente das limitações ao consumo. Contudo, ao longo de 2021, a taxa de poupança reduziu-se moderadamente, à medida que os padrões de consumo foram retomados, em função dos graus de liberdade permitidos pelas restrições para travar a pandemia. Contudo, a taxa de poupança permaneceu acima dos níveis pré-pandemia.

Taxa de Desemprego (%)



Fonte: INE

O **investimento** apresentou uma tendência de recuperação ao longo de 2021, após uma queda contida em 2020, por comparação com recessões anteriores. A dinâmica de investimento foi transversal ao setor público e privado, destacando-se o crescimento da componente pública, fruto do impacto dos fundos europeus, em especial do Plano de Recuperação e Resiliência e de investimentos estruturantes.

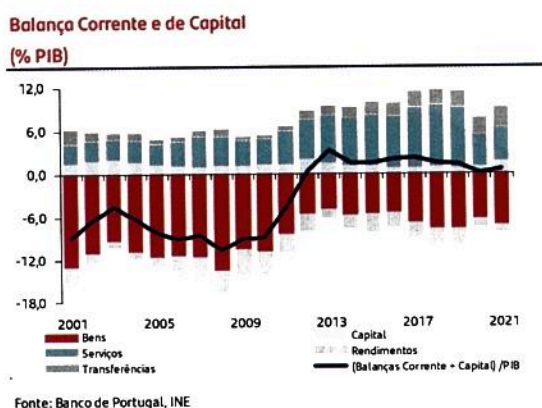
O Plano português de Recuperação e Resiliência foi aprovado pela Comissão e Conselho Europeus em julho, permitindo a Portugal receber de imediato uma primeira tranche de cerca de 2,2 mil milhões de euros (dos 16,6 mil milhões que compõem o envelope financeiro global, dos quais 13,9 mil milhões correspondentes a subvenções a fundo perdido). Acresceu a execução dos projetos finais do Portugal 2020.

As **exportações** de bens e serviços terão crescido cerca de 9.6% em 2021, caracterizando-se por uma recuperação diferenciada entre bens e serviços, com as exportações de bens a excederem o nível pré-pandemia no final de 2021. As perturbações no abastecimento de matérias-primas e bens intermédios penalizaram as exportações de alguns setores, nomeadamente o setor automóvel.

O levantamento das restrições à mobilidade internacional e o aumento da confiança, permitiram que as exportações de serviços, em particular de turismo e transporte, recuperassem de forma progressiva, após a queda abrupta em 2020 e no início de 2021. O agravamento da pandemia fruto da variante Ómicron no 4.º trimestre de 2021 implicou uma evolução mais contida dos fluxos de turismo, embora outubro e novembro tivessem registado níveis de atividade muito próximos dos de 2019.

As **importações** de bens cresceram em função da procura agregada, de forma sustentada, apesar das restrições nas cadeias globais e perturbações em alguns setores. As importações terão, assim, crescido cerca 10% em 2021.

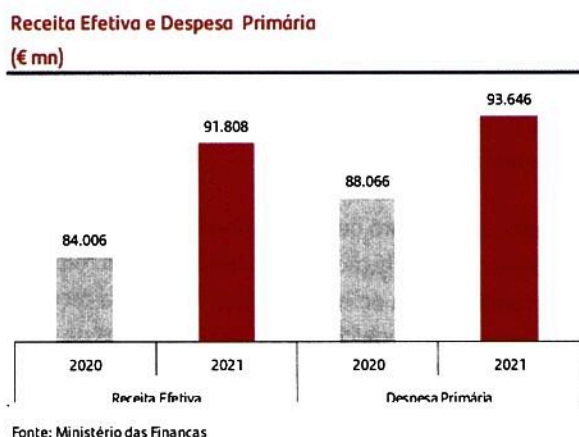
O saldo da **balança corrente e de capital** voltou a ser positivo em 2021, suportado pela recuperação parcial da balança de serviços, refletindo a retoma parcial do turismo em especial no 3.º trimestre. A balança de bens agravou o défice, refletindo o aumento da procura de bens que acompanhou a gradual diminuição das medidas de restrição ao normal funcionamento da atividade económica, bem como a subida dos preços dos combustíveis. A balança de capital beneficiou dos fundos europeus, reforçando o seu contributo para o excedente, enquanto a redução do pagamento de juros da dívida pública ao exterior teve também um impacto positivo nas contas externas.



As contas públicas, em 2021, caracterizaram-se por uma redução do défice orçamental face a 2020, podendo ter ficado próximo, mas abaixo do limite de 3% do PIB, fruto de uma retoma económica que se revelou mais favorável face ao inicialmente esperado, e cujo impacto contribuiu para um aumento das receitas fiscais. Também a dinâmica do mercado laboral contribuiu para o crescimento das contribuições sociais.

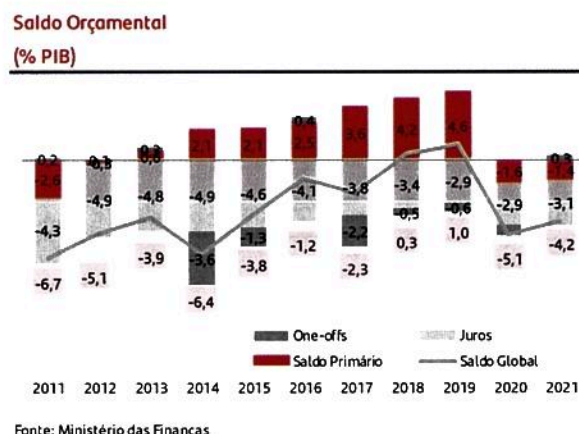
A dívida pública recuou para próximo de 130% do PIB, em 2021, uma redução de quase 5p.b. face a 2020. No entanto, em termos absolutos, manteve a trajetória de crescimento ficando próximo dos 280 mil milhões de euros, um crescimento de quase 4% face aos níveis de 2020.

No conjunto da economia portuguesa, o rácio global de endividamento situou-se próximo dos 332% do PIB, com o setor privado empresarial a situar-se nos 131% e as famílias nos 71% do PIB, claramente abaixo dos níveis observados no início da década de 2010.



A notação de risco da República atribuída pelas agências S&P, Fitch e Moodys é de BBB (estável), BBB (estável) e Baa2 (estável), respetivamente. A agência DBRS mantém o rating BBB – high (estável). Esta situação consubstancia uma estabilidade face ao ano anterior, com exceção da Moodys, que reviu o rating em alta.

A *yield* dos 10 anos, a 11 de fevereiro de 2022, situava-se em 1,13%, correspondendo a um diferencial de 87p.b. face à Alemanha.



Em 2021, as necessidades de financiamento do Estado diminuíram face a 2020, em cerca de 4 mil milhões de euros, decorrente de um acréscimo de receita superior ao crescimento da despesa. O aumento da receita resultou da evolução favorável da receita fiscal e contributiva e do contributo da receita não fiscal e não contributiva, refletindo a retoma da atividade económica e o aumento das transferências provenientes de fundos europeus no âmbito do REACT-EU, PRR e FSE.

O aumento da despesa deveu-se sobretudo ao aumento das transferências, à aquisição de bens e serviços e despesa com pessoal, mitigado pela evolução favorável da despesa com juros e outros encargos.

Em fevereiro de 2021 o Tesouro emitiu um título de 3 mil milhões de euros de maturidade de 30 anos e uma taxa de 1.022%, contribuindo para diversificar as necessidades de liquidez ao longo do tempo. Em abril de 2021 realizou uma emissão sindicada com maturidade de 10 anos, no montante de 4 mil milhões de euros e com uma taxa de 0.3%.

O **setor bancário português** (dados a setembro de 2021) caracterizou-se pelo aumento do crédito concedido aos setores mais afetados e à habitação, acompanhando uma retoma económica acima das expectativas. Em termos de rendibilidade do ativo assistiu-se a uma recuperação face a 2020 (de 0,1% para 0,5%), com uma estabilização do rácio de fundos próprios de base (15,4%). O rácio de NPL diminuiu ligeiramente de 4,9% (a dezembro de 2020) para 4,0%, acompanhado por um reforço dos rácios de cobertura, em especial ao nível dos setores mais afetados, para quase 56%.

### 3. Evolução Geral do Fundo de Pensões e da Atividade Desenvolvida no período

O quadro seguinte resume a evolução do fundo face ao ano anterior:

Valor do Fundo em 31/12/2020	0,00
Contribuições	32.836,91
Pensões	0,00
Rendimento Líquido	2.301,88
Outras Variações Líquidas	-5,93
Valor do Fundo em 31/12/2021	35.132,86

*Valores em euros*

Do total de rendimento gerado, cerca de € 2.316,86 dizem respeito a ganhos líquidos resultantes da alienação e avaliação de aplicações financeiras.

As contribuições para o fundo de pensões, durante ao ano de 2021, dizem respeito a contribuições de adesões coletivas e adesões individuais.

A rubrica "Outras Variações Líquidas" inclui os prémios de seguros, comissões de gestão e depósito, receitas e despesas provenientes dos seguros e comissões.



#### **4. Alterações com Impacto Significativo na Gestão do Fundo de Pensões**

Nada a mencionar.

#### **5. Política de Investimentos do Fundo de Pensões**

Na composição do património do Fundo, a Entidade Gestora terá em conta os objetivos e as finalidades a atingir pelo mesmo, no que diz respeito aos níveis adequados de segurança, de qualidade, de rentabilidade e de liquidez das respetivas aplicações financeiras, agindo no melhor interesse dos participantes e beneficiários e assegurando o cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A gestão do Fundo reger-se-á por princípios de uma gestão sã e prudente, nomeadamente, diversificação e dispersão adequada das aplicações, seleção criteriosa das mesmas, predominância das aplicações admitidas à negociação em mercados regulamentados, racionalidade e controle de custos e finalmente, limitação a níveis prudentes de aplicações em ativos que, pela sua natureza, apresentem um elevado grau de risco ou apresentem uma reduzida liquidez.

As aplicações em caixa e em disponibilidades à vista devem representar um valor residual, salvo em situações efetivas de força maior que conduzam, temporariamente, à inobservância deste princípio, nomeadamente em casos de entrega de contribuições, de necessidades de tesouraria ou de elevada instabilidade dos mercados financeiros. Neste contexto, os limites previstos no ponto 6 poderão ser incumpridos.

A política de investimento será objeto de revisão pelo menos de três em três anos ou sempre que as condições de mercado assim o justifiquem.

O fundo destina-se a participantes jovens ou com elevada tolerância ao risco, que pretendam constituir um complemento de reforma.

A Estratégia seguida em matéria de afetação de ativos, encontra-se descrita no ponto 7 do presente relatório.

#### **6. Cumprimento dos Princípios e Regras Prudenciais Aplicáveis aos Investimentos do Fundo de Pensões**

Foram observados os princípios e regras prudenciais, aplicáveis aos investimentos em fundos de pensões, previstos na legislação em vigor, nomeadamente, diversificação e dispersão adequada das aplicações, seleção criteriosa das mesmas, predominância das aplicações admitidas à negociação em mercados regulamentados, racionalidade e controle de custos e finalmente,

limitação a níveis prudentes de aplicações em ativos que, pela sua natureza, apresentem um elevado grau de risco ou apresentem uma reduzida liquidez.

Na composição do património do fundo, é tomada em consideração os objetivos de finalidades a atingir pelo mesmo, no que diz respeito aos níveis adequados de segurança, qualidade, rentabilidade e liquidez das respetivas aplicações financeiras.

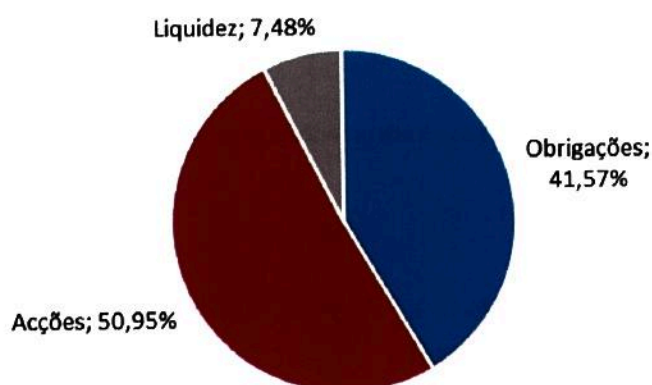
## 7. Limites de exposição e alocação estratégica vs alocação atual

A estratégia de alocação por classes de ativos de longo prazo é a que a seguir se indica. Dispõem-se também a alocação de ativos atuais e o desvio em relação à referida estratégia.

Classe de Activos	Alocação Central	Alocação de Activos	Desvio	Intervalo de Alocação (%)
<b>Obrigações</b>	<b>50,00%</b>	<b>41,57%</b>	-8,43%	[40; 60]
<b>Acções</b>	<b>45,00%</b>	<b>50,95%</b>	5,95%	[35; 55]
<b>Imobiliário</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	0,00%	[0; 10]
<b>Outros Activos</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	0,00%	[0; 10]
<b>Liquidez</b>	<b>5,00%</b>	<b>7,48%</b>	2,48%	[0; 15]

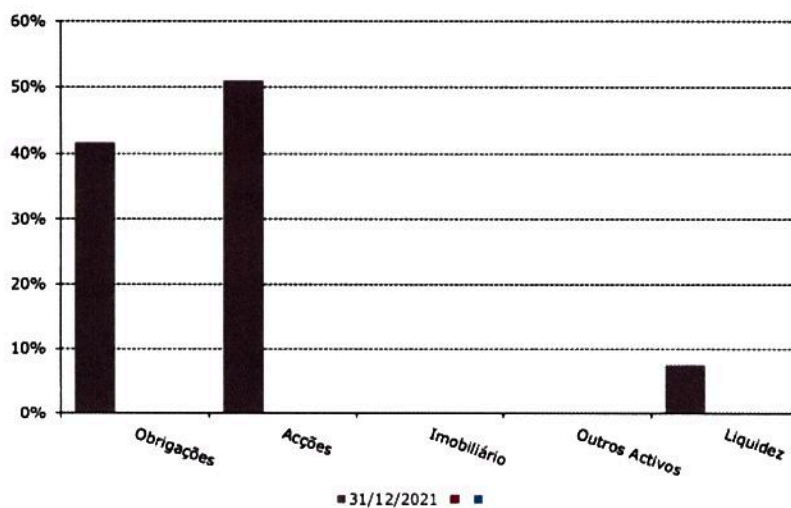
## 8. Evolução da Estrutura da Carteira de Investimentos do Fundo de Pensões

Em 31/12/2021 a estrutura da carteira por classes de ativos era a seguinte:



Na estratégia de alocação de ativos, privilegiou-se o investimento no rendimento fixo, de acordo com o perfil conservador, no entanto, mantivemos um nível de exposição ao rendimento variável

significativo, face aos limites da política de investimento, por via do bom desempenho desta classe no ano de 2021.



## 9. Performance e Rendibilidade do Fundo de Pensões

No quadro seguinte, é apresentada a rendibilidade do Fundo de Pensões, para o ano de reporte:

RENDIBILIDADE	31/12/2021	31/12/2020
YTD	7,01%	-

A medida de referência relativa à rentabilidade é a TWR (Time Weighted Rate of Return) e ao risco, o Desvio Padrão.

## 10. Benchmarks

A avaliação do desempenho de cada classe de ativos será efetuada contra os índices seguintes:

CLASSE DE ATIVOS	REFERÊNCIA
Titulos de Dívida / Pública	Bloomberg BERPGA
Titulos de Dívida / Corporativa	BERC INDEX
Instrumentos de Capital	Euro Stoxx 50
Unidades de Participação / FIM's Obrigações	Índice BERPGA / BERC
Unidades de Participação / FIM's Ações	MSCI: Europe, USA, Global, Asia, Emergent Market
Unidades de Participação / Outros FIM's	Índice BERGA / BERC / MSCI Global
Unidades de Participação / ETF's	Respetivo Tracker
Unidades de Participação / Imobiliário	APFIPP
Outros Ativos	Euribor 6 M + 1%
Liquidez	Euribor 1 M

Em termos globais, a performance do fundo (7,01%) esteve ligeiramente abaixo do *benchmark* (7,07%).

A performance do *benchmark*, é determinada com base nas rendibilidades individuais de cada um dos índices em cima indicados, com recurso aos dados históricos dos mesmos, via *bloomberg*.

## 11. Evolução dos Riscos materiais a que o Fundo de Pensões se Encontra Exposto

De acordo com a composição da carteira do Fundo Pensões, em 31/12/2021, os principais riscos de investimentos associados eram:

- Risco de Crédito
- Risco de Mercado

## 12. Gestão dos Riscos Materiais a que o Fundo de Pensões se Encontra Exposto, Incluindo a Eventual Utilização de Produtos Derivados e Operações de Reporte e de Empréstimo de Valores

Atualmente o fundo de pensões não investe em produtos derivados, operações de reporte ou de empréstimos de valores.

O controlo do risco de crédito, é assegurado assumindo um nível aceitável de diversificação, sendo impostos restrições de investimentos à gestão, de acordo com as especificidades de cada carteira, estabelecendo-se limites de concentração por setor, por emitente ou país e classe de *rating* dos ativos. São especialmente acompanhados os títulos com Outlook Negativo. A gestão do risco de crédito no Fundo de Pensões, assenta na regular monitorização e análise da exposição da sua carteira de investimentos, com periodicidade mensal.

O risco de mercado é monitorizado através dos indicadores, duração modificada, vida média e convexidade, para o risco de taxa de juro e Beta para o risco de ações. São igualmente quantificadas as Estimativas de Perdas Esperadas, através do impacto de variações de taxa de juro no valor dos títulos de taxa fixa em carteira e da variação dos preços de mercado nos títulos de rendimento variável em carteira, respetivamente para o risco de taxa de juro e o risco de ações.

O risco de taxa de juro (variação) é monitorizado regularmente ao nível do ativo financeiro, através do apuramento do impacto na carteira de investimentos, de uma variação na curva de taxas de juro (choque multiplicativo) e os parâmetros utilizados são a duração modificada da carteira, dentro de um cenário de variação de taxas de juro, com a medição do impacto na componente de taxa fixa em carteira.

## 13. Nível de Financiamento das Responsabilidades do Fundo de Pensões

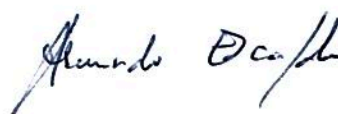
Não aplicável, dada a inexistência de planos de benefício definido financiados pelo Fundo de Pensões.

#### 14. Considerações Finais

A informação constante no presente relatório é apropriada e representa fidedignamente as transações e outros acontecimentos.

Lisboa, 11 de Abril de 2022

  
A Entidade Gestora





## 2. Demonstrações Financeiras

### 2.1. Demonstração da Posição Financeira

Unidade: Euros

Demonstração da Posição Financeira	Notas	2021
<b>Investimentos</b>		
Instrumentos de capital e unidades de participação	4	32 506
Depósitos em instituições de crédito	5	2 627
<b>Sub-Total</b>		<b>35 133</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>35 133</b>
<b>Total do Valor do Fundo</b>		<b>35 133</b>

### 2.2. Demonstração de Resultados

Unidade: Euros

Demonstração de Resultados	Notas	2021
Contribuições	6	32 837
Rendimentos líquidos de investimentos	8	(15)
Ganhos líquidos de investimentos	7	2 317
Outras despesas	10	(6)
<b>Resultado líquido</b>		<b>35 132,86</b>



O Contabilista certificado



A Entidade Gestora



## 2.3. Demonstração de Fluxos de Caixa

		Unidade: Euros	
Demonstração de Fluxos de Caixa		Notas	2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
+ Contribuições			
Associados		6	30 877
Participantes/beneficiários		6	1 960
Remunerações de depósito e guarda de títulos		10	6
<b>Fluxos de caixa líquido das atividades operacionais</b>			<b>32 831</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
+ Recebimentos			
Alienação/ reembolso de investimentos			52
Rendimentos dos investimentos			(67)
- Pagamentos			
Aquisição de investimentos			30 189
<b>Fluxos de caixa líquido das atividades de investimento</b>			<b>(30 204)</b>
<b>Variações de caixa e seus equivalentes</b>			<b>2 627</b>
<b>Efeitos de alteração das taxas de câmbio</b>			<b>-</b>
Caixa no início do período de reporte		5	-
Caixa no fim do período de reporte		5	2 627



O Contabilista certificado



A Entidade Gestora





### 3. Anexo às Demonstrações Financeiras

#### Nota 1 – Introdução

O Fundo de Pensões Aberto Euro Valor Dinâmico (o Fundo) foi constituído em 18 de maio de 2021 e tem como entidade gestora a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (a Sociedade Gestora).

O Fundo é um fundo aberto, com duração indeterminada e é um património exclusivamente afeto à realização de um ou mais planos de pensões.

Em 31 de dezembro de 2021, o fundo de pensões era constituído por uma adesão coletiva.

#### Nota 2 – Comparabilidade

As contas do Fundo de 2021 não tem comparativos dado que se trata do primeiro exercício de atividade.

#### Nota 3 – Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras do Fundo de Pensões foram preparadas no pressuposto da continuidade das suas operações, de acordo com os registos contabilísticos mantidos pela Entidade Gestora e conforme a Norma n.º 7/2010-R da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), de 4 de junho.

São apresentadas de seguida as bases de mensuração e as políticas contabilísticas.

##### **Bases de mensuração:**

- Demonstrações Financeiras expressas em Euros;
- Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros registados ao justo valor.

**Políticas contabilísticas:**

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

**a) Princípio da especialização de exercícios**

Os gastos e os rendimentos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

**b) Instrumentos financeiros**

O Fundo classifica os seus ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a natureza que lhes está subjacente. Assim, os ativos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor, com as variações subseqüentes reconhecidas em resultados.

As aquisições e alienações são reconhecidas na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Fundo se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

**c) Numerário e depósitos em outras instituições de crédito**

O Numerário e depósitos de curto prazo em outras instituições de crédito englobam os valores registados na Demonstração da Posição Financeira com maturidade inferior a 3 meses, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor. Adicionalmente, estão englobados nesta rubrica outros depósitos a prazo em instituições de crédito.

**d) Reconhecimento de juros e dividendos**

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

**e) Transações em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

**f) Comissões de gestão**

As comissões a pagar pela gestão do Fundo são suportadas por este e registadas em gastos.

**g) Comissões de custódia**

As comissões a pagar ao banco pela guarda dos ativos do Fundo são suportadas por este e registadas em gastos.

**h) Comissões de emissão**

As comissões de emissão a receber dos participantes correspondem ao máximo de 2% dos montantes de subscrição.

**i) Impostos e Taxas**

De acordo com o artigo 16º do Estatuto dos Benefício Fiscais, os Fundos de Pensões e equiparáveis são isentos de:

IRC relativo aos rendimentos obtidos pelos Fundos de Pensões e equiparáveis; e

Imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis.

**j) Contribuições**

As contribuições são registadas quando recebidas. O seu apuramento é efetuado da seguinte forma:

- Adesões individuais – de acordo com a disponibilidade do participante.
- Adesões coletivas - de acordo com a disponibilidade do associado.

**k) Pensões**

As pensões são processadas e pagas sempre que se verificarem as condições indicadas no contrato. O registo é efetuado aquando do pagamento.

**Nota 4 – Instrumentos financeiros**

A listagem das participações e instrumentos financeiros, do Fundo em 31 de dezembro de 2021 está apresentada no Anexo 1 – Inventário de participações e instrumentos financeiros, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

Unidade: Euros

2021		
	Valor *	Peso Carteira
Ações e unidades de participação em fundos de investimento	32 506	100,0%
<b>Total</b>	<b>32 506</b>	

\* inclui juro decorrido

O apuramento do justo valor para os ativos financeiros é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros detidos podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

- Nível 1 – Justo valor determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo;
- Nível 2 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro;
- Nível 3 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

O Fundo não tinha ativos desta natureza em 31 de dezembro de 2021.

#### **Nota 5 – Numerário e depósitos em instituições de crédito**

Nesta rubrica está registado o montante de 2.627 Euros.

#### **Nota 6 – Contribuições**

As contribuições efetuadas em 2021 foram integralmente realizadas e apresentam a seguinte decomposição:

Unidade: Euros	
2021	
Contribuições do Associado	30 877
Contribuições dos Participantes	1 960
<b>Total em 31 de dezembro</b>	<b>32 837</b>

## Nota 7 – Ganhos líquidos de investimentos

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes montantes:

Unidade: Euros	
2021	
<b>Ganhos</b>	
Potenciais	2 437
Unidades de participação	2 437
<b>Total de Ganhos</b>	<b>2 437</b>
<b>Perdas</b>	
Potenciais	(120)
Unidades de participação	(120)
<b>Total de Perdas</b>	<b>(120)</b>
<b>Total em 31 de dezembro</b>	<b>2 317</b>

## Nota 8 – Rendimentos líquidos de investimentos

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes montantes:

	Unidade: Euros	
	2021	2020
Ações/ Unidades de participação	52	
Depósitos	(67)	
<b>Total em 31 de dezembro</b>	<b>(15)</b>	

## Nota 9 – Outros rendimentos e ganhos

Nada a registrar

## Nota 10 – Outras despesas

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes montantes:

	Unidade: Euros	
	2021	2020
Comissões de gestão e de depósito		6
<b>Total em 31 de dezembro</b>		<b>6</b>

A comissão de gestão é uma comissão anual fixa, calculada diariamente e cobrada trimestralmente que será no máximo de 0,125% (1,5% ao ano) incidindo sobre o valor líquido global do Fundo. Em 2021 não foram pagas comissões de gestão.

A comissão de depósito é uma comissão mensal que será no máximo de 0,0416% (0,5% ao ano), cobrada mensalmente e postecipadamente incidindo sobre o valor líquido global do Fundo, apurado com referência ao último dia do mês. Em 2021, foram pagas comissões de depósito de 6 Euros.

## Nota 11 – Política de investimentos

A política de investimento do Fundo de Pensões Aberto Euro Valor Dinâmico tem como objetivo formular os princípios de investimento e as linhas orientadoras de gestão dos ativos do Fundo e obedecem aos seguintes princípios:

- Ter em conta os objetivos e as finalidades a atingir pelo Fundo, com os níveis adequados de segurança, qualidade, rentabilidade e de liquidez das respetivas aplicações financeiras, agindo no melhor interesse dos participantes e beneficiários e assegurando o cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- Reger-se por princípios de gestão sã e prudente, nomeadamente a diversificação e dispersão adequada das aplicações observando as seguintes regras: i) seleção criteriosa das aplicações com predominância as aplicações admitidas à negociação em mercados regulamentados; ii) racionalidade de controlo de custos; iii) limitação a níveis prudentes de aplicações em ativos que, pela sua natureza, apresentem um elevado grau de risco ou apresentem uma reduzida liquidez.

A política de investimento é objeto de revisão, pelo menos, de três em três anos ou sempre que as condições de mercado assim o justifiquem.

A estratégia de alocação por classes de ativos de longo prazo é a que a seguir se indica. Dispõem-se também, a alocação de ativos atual e o desvio em relação à referida estratégia.

Classe de Activos	Alocação Central	Alocação de Activos	Desvio	Intervalo de Alocação (%)
<b>Obrigações</b>	<b>50,00%</b>	<b>41,57%</b>	-8,43%	[40; 60]
<b>Acções</b>	<b>45,00%</b>	<b>50,95%</b>	5,95%	[35; 55]
<b>Imobiliário</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	0,00%	[0; 10]
<b>Outros Activos</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	0,00%	[0; 10]
<b>Liquidez</b>	<b>5,00%</b>	<b>7,48%</b>	2,48%	[0; 15]

## Nota 12 – Risco Associado a Instrumentos Financeiros

O Fundo de Pensões está exposto a uma diversidade de riscos através dos seus ativos financeiros. O risco financeiro chave a que um Fundo de Pensões está exposto, corresponde à potencial incapacidade deste para cumprir com as suas responsabilidades, ou seja, a possibilidade de os rendimentos gerados pelos ativos não conseguirem cobrir as obrigações decorrentes do pagamento das pensões e encargos inerentes.

Os principais riscos a que um Fundo de Pensões está exposto são:

#### Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento dos participantes no reforço do Fundo e da contraparte relativamente às obrigações contratuais, no que se refere à carteira de investimentos.

A gestão do risco de crédito no Fundo, associado à possibilidade de incumprimento da contraparte (ou à variação do valor de um dado ativo, face à degradação da qualidade do risco da contraparte), assenta na regular monitorização e análise da exposição da sua carteira de investimentos, através de relatórios trimestrais de riscos financeiros para a carteira global.

O quadro seguinte mostra a exposição por classe de ativos, com referência à data de 31 de dezembro de 2021:

	Unidade: Euros	
	2021	
	%	Valor
Rendimento Fixo	0,0%	-
Rendimento Variável	92,5%	32 506
Sem garantia de capital	92,5%	32 506
F.I.M. - Acções	51,0%	17 901
F.I.M. - Obrigações	41,6%	14 605
F.I.M. - Outros	0,0%	-
Exchanged Traded Funds	0,0%	-
Mercado Monetário	7,5%	2 627
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>35 133</b>

#### Risco de mercado

O Risco de mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de ações e outros.



Quanto ao risco da variação de preços de ações e de fundos de investimentos, os indicadores, com referência a 31 de dezembro de 2021 são os seguintes:

FIM/Ações	Perda estimada		
	2021		
	%		Euros
-10%	▼ -9,25%	▼	-3 251
-20%	▼ -18,50%	▼	-6 501

### Nota 13 – Eventos subsequentes

Até à data de autorização para a emissão das presentes demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais, tendo em consideração as disposições da IAS 10.

A guerra iniciada recentemente na Ucrânia trará inevitavelmente impactos significativos às economias portuguesa e europeia. Poder-se-ão sentir os seus efeitos pelas sanções aplicáveis à Federação Russa e à Bielorrússia e outros efeitos colaterais. A Administração tem vindo a acompanhar a situação com vista à minimização dos riscos que poderão advir, nomeadamente ao nível da valorização da carteira de títulos, cujos impactos não são possíveis de estimar na presente data. Não obstante, é sua convicção que esta situação não coloca em causa a continuidade das atividades do Fundo.

## Anexo 1 - Inventário de participações e instrumentos financeiros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valores em euros	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						Valor de balanço unitário	Total
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES		total	0	0		0		0
2 - OUTROS								
2.2 - Títulos estrangeiros								
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento								
IE00860SX394	INVESCO MSCI WORLD	211			73,29	15 465	84,84	17 901
IE0083F81R35	iSh EURCorpBond ETF	109			135,09	14 725	133,99	14 605
	sub-total	320				30 189		32 506
	sub-total	320	0			30 189		32 506
	total	320	0			30 189		32 506
3 - TOTAL GERAL		320	0			30 189		32 506

#### 4. Certificação do Revisor Oficial de Contas

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Fundo de Pensões Aberto Euro Valor Dinâmico**, gerido pela Entidade Gestora Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, SA, que compreendem a demonstração da posição financeira, em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total do ativo de 35 133 euros, um valor do Fundo de 35 133 euros e um resultado líquido de 35 133 euros), a demonstração de resultados, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao período de 18 de maio (data de início de atividade do Fundo) a 31 de dezembro de 2021 e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Fundo de Pensões Aberto Euro Valor Dinâmico**, em 31 de dezembro de 2021, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de pensões.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente.

Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
<b>Valorização dos ativos financeiros</b>	
<p>A carteira de títulos corresponde a cerca de 93% do ativo. O valor dos títulos em carteira é determinado com base nas cotações oficiais e na avaliação efetuada pela sociedade gestora aos títulos não cotados.</p> <p>A consideração desta matéria como relevante para auditoria tem por base a materialidade dos ativos e o risco associado à utilização de pressupostos, estimativas e projeções na valorização de títulos não cotados e impactos de perturbações no mercado derivados nomeadamente da pandemia Covid-19 e do conflito militar na Europa.</p> <p>Os procedimentos adotados na valorização dos títulos em carteira são descritos no Relatório de Gestão e nas notas 3 b) e 4 do anexo às demonstrações financeiras.</p>	<p>A resposta do auditor envolveu, essencialmente, a execução de testes de conformidade ao processo de importação e registo das cotações diárias dos títulos em carteira.</p> <p>Testes substantivos para validação da valorização dos títulos em carteira, com base: (i) nas cotações oficiais; e (ii) na validação da metodologia e avaliação da razoabilidade da informação utilizada para a valorização dos títulos não cotados.</p> <p>Acompanhamento dos impactos e respetivas divulgações da evolução do mercado de gestão de ativos.</p>

#### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de pensões; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA

detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o planeamento da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias

relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

- (viii) declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014**

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) fomos nomeados auditores do Fundo pela primeira vez pela Entidade Gestora para o mandato compreendido entre 2021 e 2023;
- (ii) o órgão de gestão da Entidade Gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- (iii) confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora do Fundo em 18 de abril de 2022;
- (iv) declaramos que não prestámos quaisquer serviços distintos da auditoria proibidos nos termos do artigo 5.º do Regulamento (UE), nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo e respetiva Entidade Gestora durante a realização da auditoria;

- (v) informamos que, para além da auditoria, prestámos ao fundo os seguintes serviços permitidos por lei e pelos regulamentos em vigor: trabalhos de auditoria para efeitos de supervisão prudencial para a emissão do Relatório de Auditoria sobre os elementos de índole financeiros e estatísticos do Fundo, nos termos da Lei n.º 27/2020, de 23 de julho e das Normas Regulamentares da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), n.º 7/2007-R, de 17 de maio e n.º 11/2020-R, de 3 de novembro.

Lisboa, 18 de abril de 2022



João Guilherme Melo de Oliveira  
(ROC n.º 873, inscrito na CMVM sob o n.º 20160494),  
em representação de BDO & Associados - SROC